

Clipping Diário

TJPI



03.10.2017



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	03.10.2017	-	POLÍTICA

Palácio da Justiça: 18 empresas e 2 consórcios entregam propostas

A sessão pública acontece na Sala das Sessões (1º andar) no Tribunal de Justiça do Piauí

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) realiza nesta segunda-feira (02/10), sessão pública para o recebimento de envelopes de habilitação e propostas das empresas que desejam participar da Concorrência 46/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para construir o novo Palácio da Justiça.

A sessão pública acontece na Sala das Sessões (1º andar) no TJ-PI e é o primeiro ato do certame que ao final oficializará a empresa encarregada de construir o novo prédio do Tribunal de Justiça do estado.

“Cada empresa entrega dois envelopes, um com a habilitação e outro com a proposta. Após a entrega dos envelopes vamos abrir cada um, primeiramente o da habilitação e posteriormente o das propostas. É um processo demorado e que é acompanhado por todos os representantes das empresas, que podem se manifestar e fazer suas ponderações”, explicou Otávio Nogueira, Coordenador do Departamento de Engenharia do TJ-PI.

Entregaram documentação 18 empresas e 2 consórcios sendo elas de São Paulo, Paraná, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	03.10.2017	-	NOTÍCIA

Justiça faz mutirão para analisar situação de crianças em abrigos

Foi aberto nesta segunda-feira (2) o mutirão que vai definir a situação de centenas de crianças que vivem em abrigos infantis da capital. Cerca de 120 ações judiciais que envolvem crianças e adolescentes devem ser analisadas neste mês de outubro, no mutirão judiciário que será realizado nos abrigos de acolhimento de Teresina. Serão feitas audiências e análises para avaliar a situação pessoal e processual de cada menor em abrigo.

"Esse mutirão irá rever a situação dessas crianças para tentar a reinserção na família, e quando não há condições o Ministério Público deverá intervir para que a criança seja disponibilizada para adoção", explica a juíza Maria Luíza de Moura, titular da 1 Vara da Infância e da Juventude.

O trabalho será realizado de 03 a 31 de outubro, deslocando as equipes em cada semana para um abrigo. Além da juíza Maria Luíza, estarão presentes as crianças, suas famílias, representantes do Ministério Público, Defensoria e OAB bem como de órgãos governamentais e não-governamentais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede Proteção Social.

"O estatuto da criança e do adolescente prevê dois anos que cada criança deverá permanecer no abrigo - porquê é uma medida excepcional. A gente só deverá permitir a permanência até dois anos e rever a cada dois meses. Hoje há jovens que chegam aos 18 anos em abrigos sem nenhuma perspectiva de vida", acrescenta a juíza.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
CIDADE VERDE	03.10.2017	-	NOTÍCIA

TJ-PI inicia licitação para construção da nova sede do Palácio da Justiça

O Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) realiza nesta segunda (02), sessão pública para o recebimento de envelopes de habilitação e propostas das empresas que desejam participar da Concorrência 46/2017, cujo objeto é a contratação de empresa para construir o novo Palácio da Justiça.

A sessão pública acontece na Sala das Sessões (1º andar) no TJ-PI e é o primeiro ato do certame que ao final oficializará a empresa encarregada de construir o novo prédio do Tribunal de Justiça do estado.

“Cada empresa entrega dois envelopes, um com a habilitação e outro com a proposta. Após a entrega dos envelopes vamos abrir cada um, primeiramente o da habilitação e posteriormente o das propostas. É um processo demorado e que é acompanhado por todos os representantes das empresas, que podem se manifestar e fazer suas ponderações”, explicou Otávio Nogueira, Coordenador do Departamento de Engenharia do TJ-PI.

Entregaram documentação 18 empresas e 2 consórcios sendo elas de São Paulo, Paraná, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL AZ	03.10.2017	-	NOTÍCIA

Juíza cassa a prefeita e o vice acusados de compra de votos na campanha eleitoral

A juíza de direito da 3ª Vara de Piriipiri, Maria do Rosário de Fátima Martins Leite Dias, cassou os mandatos da prefeita do município de Brasileira, Paula Miranda Amorim Araújo e do vice Amarildo de Sousa Melo.

A magistrada recebeu parecer do Ministério Público Eleitoral (MPE) a respeito de abuso de poder político e econômico por parte da gestora, Paula Miranda, o que os adversários traduzem como compra de votos. Ela teria utilizado um transporte escolar para fazer carreatas em favor de sua campanha eleitoral.

Já Amarildo Melo foi condenado “em razão da indivisibilidade da chapa majoritária, declarando nulos os votos por ele obtidos”.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
OITO MEIA	03.10.2017	-	NOTÍCIAS

CEJL abre nova temporada de mutirões em 11 instituições de acolhimento de Teresina

Ainda durante a abertura houve palestra da coordenadora do curso de Assistência Social da UFPI com o tema “Trabalho Social com Famílias de Serviço de Acolhimento Social”

Aconteceu na manhã desta segunda-feira (02/10) a abertura de mais uma série de mutirões nas casas e abrigos que mantêm crianças e adolescentes institucionalizados em Teresina. O evento contou com a presença de representantes da Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), OAB-PI, Governo do Estado, Prefeitura Municipal de Teresina, Ministério Público e Defensoria Pública e da titular da 1ª Vara da Infância e Adolescência, e representante da Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e Juventude, juíza Maria Luíza Moura Mello e Freitas, a responsável pela abertura dos mutirões.

Os mutirões atendem recomendações previstas no Código de Defesa da Criança e do Adolescente e também feita pelo Conselho Nacional de Justiça. A cada seis meses o magistrado responsável pela área deve realizar visitas e inspeções nos locais que abrigam crianças e adolescente, colhendo manifestações e realizando inspeções. Em Teresina, 11 abrigos cuidam de menores institucionalizados. Nesta edição do mutirão, duas comunidades terapêuticas (Fazenda da Paz e Casa do Oleiro) também serão visitadas.

Em sua fala de acolhimento, a juíza Maria Luíza Moura Mello e Freitas reforçou o compromisso e a importância em cumprir os mutirões, não apenas para fazer valer o que prevê o ECA, mas também para que ele continue como uma ferramenta de força para garantir a existência e efetivação dos direitos de crianças e adolescentes. A magistrada também enfocou a força das parcerias, e demonstrou preocupação com a exposição de menores em redes sociais.

O representante da Corregedoria Geral de Justiça, professor Alci Marcus Ribeiro Borges lembrou as origens do ECA, sua importância e sua força, quase trinta anos depois de promulgado, e a necessidade de respeitá-lo como defensor maior dos direitos daqueles que muitas vezes encontram-se sob a tutela do Estado.

Os mutirões institucionais irão de 03 a 31 de outubro. Ainda durante a abertura houve palestra da coordenadora do curso de Assistência Social da Universidade Federal do Piauí, Rita de Cassia Cronemberger Sobral, com o tema “Trabalho Social com Famílias de Serviço de Acolhimento Social”.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	03.10.2017	4	EM DIA

 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
5º CARTÓRIO CÍVEL DA 5ª VARA CÍVEL - TERESINA DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0804533-46.2017.8.11.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S): [Adjudicação Compulsória]
AUTOR: MARIA DAS GRAÇAS LAGES FERREIRA
RÉU: AGROPECUÁRIA SÃO FÉLIX LTDA - ME

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 30 (trinta) dias

¶ O Dr. Sebastião Firmino Lima Filho Juiz de Direito da 7ª Vara Cível de Teresina respondendo pela 5ª Vara Cível, na forma da lei, etc...Cole o conteúdo do documento...

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que se processa neste Juízo, com sede na RUA GOV. TIBÉRIO NUNES, S/N, CABRAL, TERESINA - PI, a Ação acima referenciada, proposta por **MARIA DAS GRAÇAS LAGES FERREIRA** em face de **AGROPECUÁRIA SÃO FÉLIX LTDA - ME**, com endereço incerto e não sabido, ficando por este edital citada a parte suplicada, para apresentar contestação nos autos em epígrafe, **no prazo de 15 (quinze) dias**, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam no futuro alegar ignorância, foi expedido o presente edital que será publicado no Diário de Justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (art. 257, II, do NCPC). Dado e passado nesta Cidade e Comarca de TERESINA, Estado do Piauí, aos 28 dias do mês de junho de 2017(28/06/2017). Eu, Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento, Analista Judicial digitei.

MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA
Juiz de Direito da 5ª Vara Cível de Teresina - PI

Assinado eletronicamente por: **MARIA DAS NEVES RAMALHO BARBOSA LIMA**
<https://pje.jus.br/jpje/Processo/ConsultaDocumento?fileId=189508>
ID do documento: 189508



1707121532037606009000182565